

CPI prende Francisco Lopes por desacato e desobediência

Ex-presidente do BC recusou-se a assinar compromisso de só falar a verdade. Em reunião à noite, comissão decidiu bloquear e tornar indisponíveis os bens do economista, que teve seu sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrado



Na CPI, ao lado dos senadores Arruda e Bello Parga, Lopes (D) disse que foi orientado por seus advogados

O economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, saiu preso ontem da CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro. Ele nem iniciou seu depoimento, previsto para as 17h, porque se recusou a assinar o compromisso de só falar a verdade. O senador Bello Parga, presidente da CPI, entendeu que Lopes incorreu nos crimes de desacato e desobediência. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que o economista adotou o comportamento de culpado e admitiu a veracidade das acusações que lhe são feitas. À noite, a CPI decidiu bloquear os bens do ex-presidente do Banco Central e quebrar seu sigilo bancário, fiscal e telefônico.

PÁGINA 5

Bello Parga propõe controle sobre o BC

PÁGINA 6

Confirmado para hoje depoimento de Mauch

PÁGINA 6

CPI DO JUDICIÁRIO

1



Marco Aurélio mostrou à CPI fotos do apartamento em Miami que, segundo ele, pertence ao juiz Nicolau dos Santos Neto

Ex-genro descreve patrimônio milionário de juiz do TRT-SP

Marco Aurélio Gil de Oliveira descreveu ontem para a CPI do Judiciário o patrimônio milionário que teria sido acumulado por seu ex-sogro, o juiz Nicolau dos Santos Neto, após iniciadas as obras do TRT-SP, que já consumiram mais de R\$ 230 milhões e sobre as quais recaem suspeitas de superfaturamento.

PÁGINAS 3 E 4

2

Subprocurador confirma denúncias contra o TRT-PB

O subprocurador-geral da República Eithel Santiago de Brito Pereira, em depoimento na CPI do Judiciário, confirmou uma série de denúncias contra o TRT-PB, como superfaturamento na compra de imóvel, dispensa indevida de licitações, nepotismo e contratações ilegais de servidores.



No depoimento, Eithel contou detalhes da compra do prédio onde funciona o fórum da Justiça trabalhista em João Pessoa

Interpol vai rastrear contas de juiz

CPI do Judiciário solicita ao ministro da Justiça auxílio da Polícia Federal e da polícia internacional nas investigações sobre possível fortuna de Nicolau dos Santos Neto

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário terá a ajuda da Polícia Federal e da Interpol no trabalho de rastreamento das contas e investimentos internacionais do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto. Os senadores Ramez Tebet

(PMDB-MS), presidente da CPI, Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente, Paulo Souto (PFL-BA), relator, e Geraldo Althoff (PFL-SC) foram ontem ao Ministério da Justiça pedir ao ministro Renan Calheiros apoio ao trabalho da CPI.

O ministro garantiu a colaboração da Polícia Federal e colocou à disposição da CPI um dele-

gado e um assessor internacional do ministério. Além disso, Calheiros informou que a Interpol também vai trabalhar nas investigações.

O senador Carlos Wilson acredita que o rastreamento das contas de Nicolau dos Santos Neto e a intensificação das investigações sobre os imóveis que ele teria no exterior podem fazer com que re-

ursos públicos desviados retornem ao país:

– O depoimento de Marco Aurélio Gil de Oliveira, ex-genro do juiz, deixou claro que o patrimônio do juiz Nicolau é incompatível com o seus rendimentos. Vamos tentar da forma mais rápida possível trazer esse dinheiro de volta para o país – salientou o vice-presidente da comissão.



O senador José Sarney preside a Comissão de Relações Exteriores

CRE discute acordo contra o narcotráfico

Vários acordos de cooperação entre o Brasil e outros países serão apreciados hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

Entre elas, projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que aprova o Acordo de Cooperação entre os Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CLPP) para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, assinado em Salvador (BA), em 18 de junho de 1997.

A CRE aprecia ainda mensagem do presidente da República submetendo à apreciação do Senado a escolha da diplomata Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para ocupar, cumulativamente, o cargo de embaixadora do Brasil junto à Índia, Sri Lanka, República das Maldivas e Nepal.

Plenário aprecia projeto em favor da Academia Nacional de Medicina

O plenário do Senado aprecia hoje projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que amplia em seis anos o prazo para que a Academia Nacional de Medicina conclua a construção dos centros de estudos e pesquisa, aos quais se destinam imóvel doado à instituição pelo IAPAS.

A matéria foi relatada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que recomendou a sua aprovação.

Também constam da pauta três requerimentos relacionados com a tramitação de projetos.

Entre eles, uma solicitação encaminhada pela senadora Marina Silva (PT-AC) pedindo que a Comissão de Assuntos Sociais participe da discussão de projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que modifica artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAE examina proposta que fixa prazo para restituir IR

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar uma pauta de 22 itens, incluindo duas matérias que mexem com a vida do contribuinte.

Uma delas é a proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa o prazo de até 60 dias para que a Receita Federal restitua o Imposto de Renda (IR) devido ao contribuinte.

A outra, apresentada pelo senador Edison Lobão (PFL-PI), permite o abatimento de despesas realizadas com o pagamento de salários e contribuições sociais de até dois empregados domésticos na declaração do Imposto de Renda das pessoas físicas.

A CAE também deve apreciar men-

sagem do Executivo solicitando autorização para efetuar empréstimo externo no valor de US\$ 500 milhões para financiar o reaparelhamento da Marinha. O parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator da matéria, é favorável.

A fixação do limite de 50% para gastos do governo federal com o pagamento de salários do funcionalismo volta à pauta da CAE na reunião desta terça-feira. O projeto, oriundo da Câmara, é de autoria do Executivo, e obteve parecer favorável do senador Pedro Piva (PSDB-SP).

A matéria já foi apreciada pela CAE na semana passada, quando foi concedida vista coletiva aos membros da comissão.



Emilia propôs emenda a projeto que torna obrigatório ensino de espanhol no 1º e 2º graus

CE debate ensino de espanhol

Na Comissão de Educação (CE), que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), será apreciada nesta terça-feira, logo após a Ordem do Dia, emenda apresentada em plenário pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) a projeto de lei da Câmara que torna obrigatória a inclusão do ensino da Língua Espanhola nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Também deverá ser apreciado projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária, bem como projeto que inscreve o nome de dom Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria.

Dois projetos do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) autorizando a criação de escolas agrotécnicas federais nos municípios de Mucajá e Anauá, em Roraima, e um outro, que obriga a divulgação dos índices de evasão e repetência nas escolas média e fundamental, também serão discutidos pelos membros da CE. Onze matérias em discussão referem-se a renovações de concessões de emissoras de rádio em vários municípios.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Despacho Interno
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária
- ▶ 17h - Recebe Ernesto Zedillo Ponce de León, presidente dos Estados Unidos Mexicanos. *Salão Nobre do Senado*
- ▶ 20h30 - Participa de jantar em homenagem a Ernesto Zedillo Ponce de León, presidente dos Estados Unidos Mexicanos. *Palácio do Itamaraty*

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 20/98, que altera a Lei nº 7.674/88, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – Iapras a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa; *Requerimento nº 144/99, do senador Sérgio Machado, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 179/99, de sua autoria, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95, revoga o art. 57 da mesma lei, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *Requerimento nº 149/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLCs nºs 63 e 99 de 1996 e 27/98, por versarem sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar; e *Requerimento nº 158/99, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PLS nº 15/99, de autoria do senador Luiz Estevão, que altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal, e o art. 75 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

COMISSÕES

- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimento do ex-presidente do TRT/PB Vanderlei. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se *PLC nº 6/99, que disciplina limites das despesas com pessoal, na forma do artigo 169 da Constituição; *PLS nº 13/99, que altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *PLS nº 255/97, que fixa prazo para restituição do imposto sobre a renda e proventos descontado na fonte. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Depoimento do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central Cláudio Ness Mauch. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se *Mensagem nº 102/99, que submete o nome de Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para o cargo de embaixadora junto à Índia e ao Sri Lanka, Maldivas e Nepal; e a aprovação de diversos acordos internacionais. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

Após Ordem do Dia - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Marco Aurélio (de pé, à direita) disse à CPI que o patrimônio do juiz teve crescimento "astronômico" depois de iniciada a construção do prédio do TRT-SP

Ex-gero revela patrimônio milionário de juiz do trabalho

Segundo Marco Aurélio Gil de Oliveira, gastos do ex-presidente do TRT de São Paulo são incompatíveis com os seus vencimentos

Os gastos do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo Nicolau dos Santos Neto passaram a ser "astronômicos" depois de iniciadas as obras do fórum trabalhista de primeira instância, que está sob suspeição de superfaturamento e já consumiu mais de R\$ 230 milhões. A afirmação foi feita ontem por Marco Aurélio Gil de Oliveira, ex-gero de Nicolau, à CPI do Poder Judiciário.

Marco Aurélio relatou em detalhes como, em fevereiro de 1994, o ex-presidente do TRT-SP comprou um apartamento avaliado em US\$ 1 milhão em Miami. Com base em mais de sete anos de convivência com a família de Nicolau, ele apontou outras despesas que seriam incompatíveis com o salário recebido por um juiz.

Nicolau, disse Marco Aurélio, foi auxiliado por Lauro Bezerra, que o ciceroneara durante uma viagem de 25 dias que fez com a família a Miami, para comprar um apartamento na cidade. Como sua mulher não queria "um apartamento que já tivesse sido habitado", Nicolau, por indicação de Bezerra, comprou uma cobertura em edifício em fase de conclusão.

O juiz foi o terceiro a adquirir uma co-

bertura no edifício, depois do tenor espanhol Plácido Domingo e da cantora norte-americana Whitney Houston.

Segundo Marco Aurélio, Bezerra teria sido apresentado ao juiz pelo dono da Construtora Incal – responsável pela obra do TRT em São Paulo –, Fábio Monteiro de Barros Filho. O depoente afirmou ainda que a relação entre o empresário e o juiz, antes de iniciada a obra, era apenas social. Posteriormente, teria passado a ser profissional, com reuniões na casa de Nicolau, inclusive em finais de semana.

O imóvel, disse Marco Aurélio, foi registrado em nome de uma empresa *off shore*, montada por um advogado indicado por Bezerra. Depois de uma briga entre os dois, presenciada pelo depoente e motivada pelo fato de Nicolau não querer pagar a comissão devida a Lauro Bezerra, o juiz montou outra empresa *off shore*, com ajuda de um segundo advogado.

Segundo o depoente, Nicolau era aficionado por carros, tendo adquirido, em São Paulo e em Miami, diversos automóveis, cujos valores passavam de US\$ 100 mil. Conforme Marco Aurélio, o juiz viajava três a quatro vezes por ano a Miami, sempre

em companhia da mulher e, por vezes, da família, voando de primeira classe.

Em resposta ao relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), Marco Aurélio disse que, para burlar o fisco, Nicolau registrava os carros em nome de terceiros, como um motorista e uma vendedora de uma loja de automóveis importados de São Paulo. Nicolau também teria um carro em nome de um assessor do TRT. Marco Aurélio acrescentou que ele comprou um automóvel Nissan por US\$ 150 mil, gastando mais R\$ 30 mil em acessórios.

De acordo com documento que Marco Aurélio apresentou à CPI, a decoração do apartamento de Miami custou US\$ 450 mil. As despesas com cartões de crédito também eram altas. O ex-gero disse que Nicolau não costumava falar sobre seus bens, principalmente no tribunal. O apartamento de Miami era do conhecimento de um pequeno grupo de amigos.

Nicolau, revelou Marco Aurélio, adquiriu ainda uma mansão em uma praia "fechada" de Guarujá (SP), depois do início das obras do prédio do TRT-SP. O depoente contou que, apesar de ser proprietário de um apartamento orçado em R\$ 300 mil, Nicolau, por pressão de sua esposa, adquiriu um terreno por US\$ 300 mil a US\$ 400 mil, para ter acesso livre à praia frequentada apenas por ricos empresários.

Mais tarde, continuou Marco Aurélio, também por influência da esposa, Nicolau teria comprado outro terreno, de frente para o mar, no valor de US\$ 800 mil. Ainda insatisfeita, a ex-sogra, disse o depoente, convenceu Nicolau a comprar a mansão de um "japonês", pela qual deu o apartamento, o terreno e mais US\$ 800 mil. A casa, declarou o depoente, está registrada em nome do juiz por R\$ 200 mil.

Para o relator Paulo Souto, o mais importante agora é comprovar as movimentações financeiras de Nicolau. Marco Aurélio entregou o fax de 12 páginas do gerente do Banco Santander em Miami que detalha as aplicações feitas pelo juiz nas Ilhas Cayman.

Marco Aurélio diz que fortuna não é produto de herança

O vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), perguntou a Marco Aurélio se seria Hillside Trading o nome da empresa nas Bahamas do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto. O ex-gero de Nicolau afirmou desconhecer o nome, mas garantiu que o apartamento em Miami, que avaliou em US\$ 1 milhão, está em nome de uma empresa *off shore*.

Ele exibiu à CPI meia centena de fotos mostrando o luxo do apartamento de Miami. Ele estima que só a taxa de condomínio custa pelo menos US\$ 5 mil por mês.

Marco Aurélio narrou outros casos de ostentação. Para ver um *show* do tenor Luciano Pavarotti, Nicolau teria pago US\$ 10 mil pelos ingressos para ele e a mulher. O ex-gero afirmou que, na primeira vez que foi aos Estados Unidos com a família do ex-sogra, o brasileiro Lauro Bezerra, que depois intermediaria a venda do imóvel em Miami, ciceroneou a família a um custo de US\$ 250 por dia.

Maguito Vilela (PMDB-GO) quis saber de Marco Aurélio se sua separação da filha do juiz era litigiosa. Ele respondeu que sim, devido à disputa pela casa em que moravam.

Respondendo aos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Geraldo Althoff (PFL-SC), o ex-gero disse que jamais tomara conhecimento de alguma herança recebida pela família do juiz ou por sua esposa. Ele afirmou que a sogra do juiz morreu há cerca de três anos em um sanatório, cujas despesas Nicolau relutava em pagar. Djalma Bessa (PFL-BA) perguntou se Nicolau alguma vez ganhou na loteria, o que o ex-gero negou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) perguntou ao ex-gero por que denunciava o ex-sogra. Ele afirmou que tinha uma grande amizade com Nicolau, e a mudan-

ça de posição do juiz logo após sua separação foi "a maior decepção" de sua vida. Ao lado disso, disse ter resolvido denunciar o juiz quando viu na imprensa indícios de superfaturamento na obra do edifício das juntas de conciliação e julgamento de São Paulo.

Marco Aurélio disse que começou a desconfiar da origem do dinheiro do ex-sogra quando era casado com sua filha. As suas suspeitas, disse, recaíam primeiro sobre o recebimento de dinheiro por ações trabalhistas julgadas e não pelo superfaturamento de obras.

Gerson Camata (PMDB-ES) perguntou se Marco Aurélio sabia do envolvimento de seu ex-sogra com a chamada "Operação Bandeirantes" ou com o DOI-Codi de São Paulo. Ele respondeu que o juiz é grande amigo de um coronel do Exército, cujo nome não iria revelar, por temer por sua integridade física.

Marco Aurélio informou que forneceria sigilosamente à CPI o nome de um cambista que teria enviado dinheiro de Nicolau para o exterior. Ele indicou também os nomes do motorista e do assessor de Nicolau que seriam possíveis cúmplices do ex-sogra.

Camata questionou as ligações militares de Nicolau



Jefferson quis saber se a fortuna do juiz foi fruto de herança



Camata questionou as ligações militares de Nicolau

Para ACM, depoimento comprova irregularidades

Após acompanhar os trabalhos da CPI do Judiciário na manhã de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor do requerimento de criação da comissão, disse que o depoimento de Marco Aurélio Gil de Oliveira, ex-gero do juiz Nicolau dos Santos Neto, comprovou as irregularidades denunciadas na obra do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento de São Paulo.

Na avaliação do senador, "apesar do envolvimento pessoal, o depoimento elucida tudo e a CPI recebeu muitas pistas a seguir". Antonio Car-

los considera que "não há mais o que falar" sobre as irregularidades no contrato e na construção do prédio, que envolvem o juiz Nicolau na condição de ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e de ex-presidente da comissão da obra.

O senador ironizou a possibilidade de que Nicolau dos Santos Neto presente em seu depoimento o argumento de que todos os gastos denunciados tenham origem em dinheiro herdado:

– O que ele herdou foi a obra do fórum.



Souto (à esquerda do presidente da CPI, Ramez Tebet) enfatiza a "compatibilidade de informações"

Relator da CPI destaca coerência das informações

Para o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), o depoimento de Marco Aurélio Gil de Oliveira, ex-gero do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, foi muito importante por ter sido rico em detalhes.

– O mais impressionante é que o depoimento é compatível com as informações que também temos por outras fontes. Isso não pode ser uma simples coincidência. Esse é um ponto que considero importante: a compatibilidade de informações entre pessoas diferentes sobre os mesmos fatos – afirmou Souto.

Depois de analisado o depoimento de ontem, Paulo Souto levantou a possibilidade de vir a convocar novas testemunhas para depor no caso das obras superfaturadas do fórum trabalhista de São Paulo. Entre elas, pode estar o cicerone de Nicolau em Miami, Lauro Bezerra, citado por Marco Aurélio, que também sugeriu a sua convocação.

Subprocurador confirma acusações contra TRT-PB

Após anunciar que foi ameaçado de morte, Eithel Santiago de Brito Pereira disse à CPI do Judiciário que tribunal praticava superfaturamento e nepotismo, além de promover contratações ilegais

Superfaturamento, nepotismo, contratações ilegais e dispensa indevida de licitações. Todas essas irregularidades, das quais tem sido acusado o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, foram confirmadas ontem pelo subprocurador-geral da República, Eithel Santiago de Brito Pereira, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário. O subprocurador foi o responsável pelo encaminhamento à Justiça de denúncias feitas contra o tribunal.

Eithel disse ter-se afastado das ações que moveu contra o TRT-PB por haver sido ameaçado de morte por meio de telefonemas e cartas anônimas. Segundo ele, começaram a correr rumores na Paraíba de que ele estaria "mexendo em um vespeiro" e, por isso, corria risco de vida.

Os esclarecimentos foram prestados pelo subprocurador em resposta ao relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA). Apesar de ter sido convidado a colaborar com a CPI, Eithel preferiu responder a perguntas como testemunha e não fez uma exposição para abrir seu depoimento.

O subprocurador afirmou ter participado de três ações contra o TRT-PB: duas denunciando provimento de cargos sem concurso público e outra apontando fraude e superfaturamento na compra de um imóvel sem licitação. Eithel afirmou que presidentes

do TRT paraibano se omitiram em prestar as informações solicitadas sobre, por exemplo, o número e os nomes dos mais de 500 servidores do tribunal admitidos de maneira ilegal.

— O presidente do TRT à época do primeiro ofício encaminhado era o dr. Geraldo Teixeira de Carvalho, mas a recusa de prestar informações era do tribunal como um todo — disse.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comunicou aos membros da comissão já ter solicitado a relação dos funcionários concursados e não-concursados ao TRT, cuja resposta também não foi enviada.

Segundo Eithel, as denúncias foram encaminhadas também ao Tribunal de Contas da União (TCU), que chegou à mesma conclusão de que muitos dos servidores foram contratados de forma irregular.

Respondendo a pergunta do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o subprocurador lembrou a recomendação do TCU para que as contratações irregulares fossem corrigidas, embora isso nunca tenha sido feito.

Apesar de ter acionado a Justiça pedindo a revisão das contratações, Eithel acredita que os atos do tribunal considerados ilegais podem ser revisados, segundo súmula do Supremo Tribunal Federal (STF), a qualquer momento, já que estão "eivados de vícios", o que não origina um direito

adquirido.

Ele lembrou que o Poder Judiciário já estava obrigado a realizar concurso público para a contratação de funcionários desde a Constituição anterior.

O autor do requerimento de criação da CPI, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), fez questão de que constasse da ata da reunião que o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto — então corregedor da Justiça trabalhista —, esteve na Paraíba e nada fez para melhorar a situação. O presidente do Senado afirmou ainda que Pazzianotto não utilizou sua prerrogativa de anular as contratações irregulares, conforme determinado pela Súmula 473 do STF.

Entre os admitidos de maneira ilegal pelo TRT-PB, Eithel disse haver pessoas com menos de 18 anos e outras vinculadas a membros do tribunal de Pernambuco, que anulou decisão de primeira instância determinando o cancelamento das nomeações. O subprocurador entregou ainda ao presidente da CPI uma lista das irregularidades levantadas pelo Ministério Público na Paraíba contra o TRT local.

Eithel lembrou que o Poder Judiciário é obrigado a realizar concurso público para contratação de pessoal



Ruy Eloy depõe amanhã

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário adiou o depoimento do atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, Ruy Eloy, de hoje para amanhã, atendendo a requerimento do próprio juiz, convidado a depor na CPI. O horário também foi alterado, e o depoimento será realizado às 13h30. Ruy Eloy alegou que, para depor na comissão, teria de preparar uma série de documentos que ainda estavam sendo pesquisados no tribunal.

Para esta terça-feira, às 10 horas, continua marcado o depoimento do juiz Vicente Vanderlei, ex-presidente

do TRT-PB. Na quinta-feira, será a vez do deputado Geovani Queiroz (PDT-PA), que sempre lutou contra a liberação de verbas no orçamento da União para obras no Poder Judiciário. Na mesma data é esperado o ex-presidente do TRT de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto.

O juiz foi alvo de diversas denúncias apresentadas por seu ex-genro, Marco Aurélio Gil de Oliveira, em depoimento na CPI, ontem. Indagado se a vinda do juiz estava confirmada, o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), respondeu:

— Diante disso tudo, acho melhor ele vir.

Irregularidades envolvem compra de imóvel

O subprocurador-geral da República, Eithel Santiago de Brito Pereira, detalhou à CPI do Judiciário irregularidades detectadas na compra de um prédio para funcionar como fórum da Justiça trabalhista em João Pessoa. Ele também confirmou a existência de mais de 500 contratações irregulares pelo tribunal.

Respondendo a uma pergunta formulada pelo vice-

presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), Eithel Pereira relatou, em ofício encaminhado ao procurador-geral da República, o superfaturamento, e que o imóvel, um prédio em construção, foi



Carlos Wilson questionou aquisição de prédio pelo TRT

adquirido a Antônio Almério Ferreira Marra por R\$ 710 mil à vista, em 21 de fevereiro de 1995. O subprocurador afirmou que todas as avaliações foram feitas de imediato, por firmas que haviam sido capacitadas três dias antes.

O imóvel foi avaliado entre R\$ 710 mil e R\$ 750 mil, e comprado pelo Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba sem li-

citação. Eithel Pereira chamou a atenção para o fato de que nada foi indagado à Delegacia de Patrimônio da União (DPU), seja sobre a existência de um imóvel que atendesse às necessidades do tribunal ou sobre uma avaliação do mesmo. Posteriormente, o DPU avaliou o imóvel em R\$ 588 mil e o leiloeiro oficial do estado o orçou em R\$ 470 mil.

Dois outros fatos chamaram a atenção do subprocurador. Primeiramente, Antônio Almério somente transferiu a propriedade para seu nome um dia depois de acertada a venda, em 8 de fevereiro de 1995, embora conste da escritura que ele a tenha adquirido e pago em janeiro de 1991. Mas o valor



Maguito quis saber qual é a imagem na Paraíba de outro depoente

pago foi de R\$ 225 mil, embora o real somente tenha entrado em circulação em 1994. Outro problema é que a dispensa de licitação teria de ser precedida de uma consulta ao DPU, o que não foi feito. Segundo o ofício de Eithel Pereira, a dispensa de licitação foi, na verdade, uma "simulação lesiva ao erário público". A ação civil pública

questionando a compra do imóvel ainda tramita em primeira instância na Justiça Federal na Paraíba.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) indagou ao subprocurador qual a imagem que outro depoente na comissão, o advogado Antônio de Pádua Leite, tinha na Paraíba. Eithel disse ter um conceito sobre o advogado, como tem para todos os que lutam pela democracia, pelo direito e pela isonomia proporcionada pelo concurso público.

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou que o Ministério Público e a Polícia Federal, pela primeira vez, estão fazendo sua parte. Simon criticou jornais que afirmaram que a CPI está a reboque do Ministério Público, já que, para ele, é assim que tem de ser.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) indagou se o depoente tinha conhecimento de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que tira da Justiça do Trabalho a competência para liberar depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), obtendo resposta negativa.

Estevão contesta denúncias feitas por ex-deputado

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) rebateu ontem acusações contidas em dossiê contra ele montado, de acordo com suas informações, pelo ex-deputado federal Chico Vigilante. Durante a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Judiciário, Estevão disse que o dossiê não passa de uma pilha de docu-



Luiz Estevão vê dossiê como uma "pilha de documentos" sem justificativa

mentos sem qualquer justificativa e sem assinatura do denunciante.

Segundo Estevão, o ex-deputado petista apresentou documentos em que o senador é acusado em um processo no Codecon (Conselho de Defesa do Consumidor) pelo cancelamento da construção de um prédio no Distrito Federal. Porém, afirmou o senador, que também é empresário do ramo da construção civil em Brasília, todas as pessoas já receberam o dinheiro pago de volta, com exceção de uma, que tem o valor à sua disposição na Justiça.

Além disso, Estevão declarou estar sendo acusado de beneficiamento em julgamento no Tribunal Regional Elei-

toral, que impediu o Partido dos Trabalhadores de exibir vídeo durante o horário eleitoral gratuito das eleições do ano passado. O vídeo teria, segundo o senador, um depoimento de um dos membros do grupo que sequestrou sua filha, Cleuci, contra ele, então candidato. Porém, disse, o PT já havia sido condenado a pagar indenizações

por distribuir panfletos com o mesmo conteúdo.

O senador declarou, também, que não participou das obras do anexo do Tribunal de Justiça do DF e do Fórum de Samambaia, cidade-satélite de Brasília, na quais sua empresa teria sido beneficiada, de acordo com o suposto dossiê.

— Eu jamais participei dessas obras. Não me sinto de forma nenhuma constrangido no momento em que a CPI do Judiciário decidir investigar as supostas denúncias — afirmou Estevão, que disse estar tomando as providências cabíveis, inclusive criminais, contra os autores do documento.

CPI quebra sigilo de Lopes e de seus ex-sócios

Decisão foi tomada depois que o ex-presidente do Banco Central compareceu ao Senado para depor como testemunha mas recusou-se a assinar compromisso de dizer a verdade e acabou preso por desacato e desobediência

Por unanimidade, os membros da CPI do Sistema Financeiro decidiram ontem à noite quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, informou o vice-presidente da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

A decisão, que se estende à empresa Macrométrica e aos sócios de Francisco Lopes, foi tomada depois que Lopes recusou-se a assinar o termo de compromisso para depor perante a CPI e, em consequência, acabou preso por desacato e desobediência.

Também por unanimidade, a CPI decidiu bloquear e tornar indisponíveis os bens de Francisco Lopes e de seus sócios na empresa. "A comissão tomou essas medidas para preservar sua capacidade de investigação dos fatos", explicou o senador.

Segundo Arruda, a CPI não pretende mais convocar Francisco Lopes e conta, para as investigações, com os depoimentos prestados por ele à Polícia Federal e ao Ministério Público.

No entendimento de Arruda, o fato de Francisco Lopes ter-se recusado a depor na comissão e, por desacato à autoridade,

de, ter saído preso das dependências do Senado, ao invés de prejudicar os trabalhos da CPI, "acaba abreviando-os".

PRISÃO

Francisco Lopes compareceu ontem à CPI do Sistema Financeiro, se recusou a assinar o termo de compromisso de só falar a verdade (argumentando que cumpria recomendação de seus advogados) e acabou preso. O Regimento do Senado prevê que todo convocado, testemunha ou acusado só pode depor depois de assinar o compromisso. Ante a recusa, o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), deu ordem de prisão ao ex-presidente do BC por desacato e desobediência, com base no artigo 206 do Código de Processo Penal.

Um delegado que acompanha a CPI levou Francisco Lopes preso para lavrar o flagrante na sede da Polícia Federal. Bello Parga e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) compareceram à PF para a atuação.

Antes da ordem de prisão, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do Senado, Bello Parga e José Roberto Arruda, presidente e vice da CPI, e Eduardo Suplicy (PT-SP) alertaram

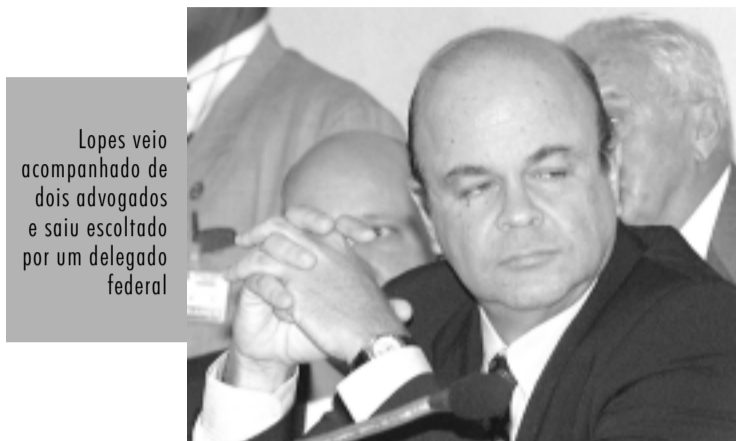
Lopes que ele poderia ser preso se mantivesse a recusa.

Francisco Lopes não mudou de posição e recebeu voz de prisão imediatamente. Antonio Carlos ponderou que Lopes estava prestando um desserviço ao país e a ele próprio se recusando a assinar o termo de juramento.

Lopes foi convocado como testemunha pela CPI e seria questionado sobre a decisão de vender dólares, a preços abaixo da cotação do dia, aos bancos Marka e FonteCindam, em meados de janeiro, pouco antes de ser implantada a política de livre flutuação cambial.

Os senadores pretendiam também interrogá-lo sobre o bilhete encontrado pela polícia, em sua residência, onde Luís Augusto Bragança, ex-sócio de Lopes na consultoria Macrométrica, declara que pertence ao ex-presidente do BC US\$ 1,67 milhão depositado no exterior.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) protestou contra declarações feitas à imprensa no fim de semana pelo advogado de Francisco Lopes, nas quais ele criticou integrantes da CPI. Ela questionou a presença dos advogados do ex-presidente do BC na CPI.



Lopes veio acompanhado de dois advogados e saiu escoltado por um delegado federal

JADER BARBALHO

"Ele preferiu a prisão em flagrante"

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado, disse que a recusa de Francisco Lopes em assinar o termo de juramento "só mostrou que ele não quer falar a verdade" à comissão de inquérito:

– Se ele tivesse assinado o termo de compromisso, não poderia mentir, sob risco de ser processado por falso testemunho. Ele preferiu passar pelo episódio da prisão em flagrante. A CPI vai continuar seus trabalhos normalmente. A comissão começou seus trabalhos há pouco mais de



Jader Barbalho

uma semana e este seria o segundo depoimento.

Jader Barbalho acha que, "do ponto de vista político", a prisão de Lopes "foi o pior que poderia ter acontecido com ele". Lembrou que a CPI tem os documentos com indícios que comprometem o ex-presidente do Banco Central e vai continuar suas investigações. "Lopes compareceu à CPI como testemunha e, até agora, o único crime que ele cometeu foi a desobediência e a tentativa de obstruir os trabalhos da CPI", observou.

PEDRO SIMON

"Ele perdeu chance de defesa"

Ao recusar-se a depor, Francisco Lopes prestou um desserviço não apenas à nação, mas também a si mesmo, acha o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Para ele, Lopes perdeu uma "excelente oportunidade" de apresentar sua versão para os fatos. Simon não crê que o Supremo Tribunal Federal conceda *habeas corpus* em favor de Francisco Lopes, possibilitando o relaxamento da prisão:

– Acho que o Supremo não vai se intrometer no trabalho de uma comissão

parlamentar de inquérito, que é uma instituição centenária. Todo o procedimento foi feito respeitando a legislação, que é muito clara – opinou.

Pedro Simon rechaçou qualquer insinuação de que tenha havido agressão aos direitos de Francisco Lopes:

– Ele foi muito bem tratado na comissão, inclusive pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo senador Roberto Freire, que fizeram apelos à sua consciência.

ROBERTO SATURNINO

"Foi uma espécie de confissão"

Francisco Lopes fez ontem uma espécie de confissão de culpa, disse ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que se disse surpreso com a estratégia elaborada pelos advogados de Lopes:

– Esta atitude só traz prejuízos ao depoente, já que esta era uma oportunidade de apresentar a sua defesa. Sinceramente, não entendi a estratégia.

Saturnino disse que há um sentimento generalizado entre os senadores sobre a culpa de Lopes. "O mesmo sen-



Roberto Saturnino

timento se observa na opinião pública", acrescentou. Mesmo reconhecendo a importância do depoimento do ex-presidente do BC, o senador não acredita em prejuízos para o trabalho da CPI:

– O depoimento de Chico Lopes é fundamental, mas era necessário que ele assinasse o termo de compromisso. No entanto, de forma alguma a CPI ficará enfraquecida. Continuaremos nosso trabalho de investigação com os meios de que dispomos – explicou.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

"Ao fugir da verdade, não merece respeito"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que Francisco Lopes adotou comportamento de culpado, e admitiu a veracidade das acusações que lhe são feitas, ao recusar-se a depor na CPI do Sistema Financeiro.

– Quando ele tomou essa posição, fez o *harakiri*, demonstrou à sociedade que praticou atos que não pode apresentar ao povo brasileiro, porque são atos irregulares, ilegais e desonestos. O procedimento de Francisco Lopes é de culpado.

Segundo Antonio Carlos, com esta atitude Lopes "manteve todas as acusações, e mais outras tantas que certa-

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

"Ele teve duas oportunidades e perdeu"

"A opção que o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes fez foi sair de uma investigação parlamentar em que ele era testemunha para passar a ser diretamente indiciado em um processo penal. A princípio me parece uma confissão de culpa." Foi a opinião do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da CPI, logo após a prisão do economista:

– Francisco Lopes não deporá mais na CPI. Ele teve duas oportunidades e perdeu as duas. Por ter desrespeitado os artigos 206 e 342 do Código Penal, passou a ser réu. O flagrante foi feito e o processo aberto. Se vai ficar preso ou não, isto é da competência da Justiça.

Segundo o senador pelo DF, Francis-

mente surgiram".

– Ao fugir de dizer a verdade, ele passou a não merecer mais respeito. Ninguém poderá ter outra posição agora, a não ser dizer que ele fugiu porque não poderia sustentar a verdade. Fugiu deixando a certeza de sua culpa.

Ele assegurou que a CPI encontrará outras formas de chegar a seus objetivos sem o depoimento do ex-presidente do Banco Central. Para ele, a Casa não foi desrespeitada. "Eu considero um desrespeito a ele próprio. O Senado é muito forte para ser desrespeitado por alguém que é indiciado como autor de falcatura", observou.

Antonio Carlos defendeu a quebra do

sigilo bancário, fiscal e telefônico do ex-presidente do Banco Central:

– Diante de sua atitude, que já é de culpado, temos que procurar em todos os cantos, para que ele seja exemplarmente punido pelo Judiciário.

Quanto à possibilidade de concessão de *habeas corpus* a Lopes, o senador afirmou: "Não discuto decisão do Supremo, mas, se ele conseguir *habeas corpus*, vai ficar caracterizado que é muito difícil botar na cadeia gente rica e importante".

O senador disse que comentou o caso com o presidente da República, pelo telefone, e este "estranhou" e "deplorou" o acontecido.

co Lopes cometeu dois crimes: o primeiro foi obstruir o trabalho de uma comissão com autoridade judicial para investigar (a CPI), e outro foi ter se recusado a assinar o termo de compromisso sobre as declarações que iria prestar. No entendimento do senador, o ex-presidente do Banco Central tentou ridicularizar a competência de investigação do Congresso Nacional.

Arruda elogiou a posição tomada pelo presidente da CPI, senador Bello Parga, em determinar a prisão de Francisco Lopes. O senador disse que repudiava a atitude do economista, que considerou



José Roberto Arruda

"um desrespeito". Ele considerou que, ao não depor, o ex-presidente do Banco Central negou-se a dar esclarecimentos que o Senado considerava importantes, sobre questões técnicas que ocorreram no momento das mudanças no câmbio brasileiro.

Ele explicou que a CPI continuará ouvindo pessoas que estejam dispostas a contribuir para o esclarecimento das irregularidades do sistema financeiro e que, ao final das apurações, o relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), encaminhará seu relatório à Justiça e ao Ministério Público.

CPI propõe maior controle sobre o BC

Bello Parga informa que, em busca de maior transparência e de mecanismos que definam as responsabilidades dos dirigentes, comissão encaminhará suas conclusões aos três Poderes

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o sistema financeiro, senador Bello Parga (PFL-MA), disse ontem que a comissão deverá aprovar, no decorrer de seus trabalhos, medidas para que o Executivo e o Legislativo exerçam maior controle sobre o Banco Central e regulamentem o funcionamento da instituição.

— Esperamos que haja mais transparência no Banco Central e, à primeira vista, percebemos que faltam instrumentos de controle e regulamentação no BC como um todo — disse Bello Parga.

As medidas serviriam para evitar o que a CPI vem constatando em suas investigações junto ao Banco Central, acredita o senador. De acordo com as denúncias que chegam à comissão, o BC teria deixado vaziar informações privilegiadas sobre mudanças nas políti-

cas econômica e cambial para favorecer algumas instituições financeiras. Na desvalorização cambial, em janeiro, o BC teria vendido dólares abaixo do preço de mercado para os bancos Marka e FonteCindam, cujos sócios e proprietários já estão listados na relação de depoentes da comissão.

A CPI, de acordo com Bello Parga, poderá sugerir essas medidas e encaminhar suas conclusões aos poderes Judiciário e Executivo, e mesmo ao Legislativo. Cada um dos Poderes, observou, poderá “aprimorar o funcionamento do Banco Central na esfera de sua competência”. Para o senador, o Executivo precisa controlar mais o Banco Central e o Legislativo poderá estabelecer leis para aperfeiçoar o funcionamento do BC e definir melhor as responsabilidades de seu presidente e dos diretores.



Bello Parga diz que, à primeira vista, faltam instrumentos de controle e regulamentação no Banco Central

Lauro Campos quer BC e BB dirigidos por funcionários

A fim de preservar a independência dessas instituições financeiras, o senador Lauro Campos (PT-DF) sugeriu ontem que o Banco Central e o Banco do Brasil sejam dirigidos apenas por funcionários de carreira. “Aí, sim, haveria independência”, afirmou o parlamentar, ao sustentar que não deseja o pior para o país, mas luta para que o Brasil tome uma rota de respeito e dignidade.

Ele aludiu à instalação das CPIs do Sistema Financeiro e do Judiciário como sinais de mudança, visto que, em sua opinião, “há muito tempo elas dormitavam, impedidas de vir à luz, porque forças contrárias a seu funcionamento impunham esse silêncio”. Na opinião do parlamentar, só a criação dessas CPIs já representa um arejamento para a economia e para a sociedade brasileira.

Lauro Campos se disse surpreso com os receios manifestados, ainda na Europa, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o senador, entre esses receios está o de que algum banqueiro possa vir ao Senado contar algo inconveniente e “levantar a tampa daquilo que já sabemos há muito tempo”.

O parlamentar afirmou que, quando o governo submeteu à aprovação do Senado o nome de Francisco Lopes, este foi aprovado por unanimidade. “Eu mesmo cometi esse pecado, com medo de que algum Armínio Fraga viesse depois dele”, afirmou o senador. Lauro Campos disse desconhecer que os encantos do dinheiro haviam desencaminhado Francisco Lopes.

Ironicamente, o senador também disse ser conveniente que a CPI dos Bancos não investigue muito. “É bom não chamarem o sr. Malan, porque ele pode falar a verdade, alguma verdade”, afirmou ele. Para o parlamentar, vai ser difícil ver o Brasil sair da crise em que se encontra, mas um caminho plausível é a mudança no critério de escolha dos dirigentes do Banco Central e do Banco do Brasil. Daí por que ele defende que sejam escolhidos entre os funcionários de carreira.



Lauro Campos considera a instalação das CPIs como “sinal de mudanças”

Confusão entre o público e o privado preocupa Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) previu ontem que episódios como o que envolve o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, não teriam acontecido se já estivessem em vigor as regras de controle sobre dirigentes da instituição, entre as quais a quarentena. “Mas esse projeto de lei, já aprovado no Senado, está ‘engavetado’ na Câmara há anos. E o que vemos é esse ‘troca-troca’ entre mercado e BC, em que o público termina sendo confundido com o privado”, ressaltou.

Em discurso pronunciado no plenário do Senado horas antes do comparecimento de Francisco Lopes à CPI, Simon fez um apelo ao economista para “contar tudo sobre o Banco Central”, no depoimento que deveria fazer. “Está evidente que o BC precisa mudar de estrutura e de comportamento diante do mercado financeiro. Chico Lopes tem a oportunidade de nos dar uma aula de coragem, aproveitando seus próprios erros para expor o que precisa ser modificado”, disse.

O senador pelo Rio Grande do Sul deu “nota dez” aos procuradores, à Polícia Federal e à juíza que levaram adiante a vistoria nos apartamentos de Francisco Lopes e Salvatore Cacciola e às sedes dos bancos FonteCindam e

Marka. “Tem gente dizendo que a vistoria deve ser anulada porque faltou isso ou aquilo. Não faltou nada, eles fizeram tudo dentro das exigências da lei. Essa ‘gurizada’ da Procuradoria mostrou ter coragem de agir. Somente assim poderemos começar a moralizar a Nação”, frisou.

Simon enfatizou que o governo, o Senado e o próprio país precisam demonstrar tranquilidade e serenidade para conhecer toda a verdade. “Não podemos investigar somente esses dois ‘banquinhos’. Queremos saber quem ganhou milhões com a mudança cambial e se esse lucro foi legal. É aí que entra o professor Chico Lopes. Se quiser respeitar sua biografia e vier à CPI disposto a esclarecer tudo, será um grande gesto. Estamos vivendo uma situação dramática, diante da responsabilidade de buscar o melhor para o Brasil”, disse.

Em aparte, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) lembrou que as CPIs não têm poder de julgar ou punir. “Nem por isso deixam de ter consequências. A dos precatórios, por exemplo, deixou os principais envolvidos sem futuro político. Miguel Arraes, Divaldo Suruagy, Paulo Afonso e Paulo Maluf perderam as eleições e o prefeito Celso Pitta está ameaçado de *impeachment*”, afirmou.



Simon deu “nota dez” aos procuradores, à Polícia Federal e à juíza que levaram adiante vistoria no apartamento de Lopes

Mauch deve esclarecer hoje vazamento de informações

Em reunião fechada, a CPI que investiga o sistema financeiro definiu ontem à noite a lista de depoentes para esta semana. Hoje, às 16h30, a comissão ouvirá o depoimento do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, Cláudio Mauch; amanhã, serão ouvidos Rubens Novaes e José Luís Augusto Bragança; e na quinta-feira será a vez de Sérgio Bragança e Alexandre Pundeck, também no mesmo horário.

Cláudio Mauch era o diretor de Fiscalização do BC em meados de janeiro último, quando foi feita desvalorização cambial e os bancos Marka e FonteCindam compraram, do BC, dólares a preços favorecidos. Já Rubens Novaes foi citado pela imprensa como sendo o contato entre o Banco Marka e um informante do BC. Por sua vez, José Luís Augusto Bragança é sócio da consultoria Macrométrica e seria o autor de uma declaração, encontrada no apartamento de Francisco Lopes, informando que o ex-presidente do BC é dono de US\$ 1,67 milhão no exterior.

O vice-presidente da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que, na próxima semana, será ouvido o presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Manoel Félix Cintra Neto. Arruda explicou que os integrantes da CPI querem analisar as listas e os dados enviados pela BM&F antes de ouvir Ma-



João Alberto questionará Mauch sobre suposto favorecimento de bancos

noel Félix.

VAZAMENTO

Outro assunto que deverá ser abordado durante o depoimento de Mauch é o suposto favorecimento de algumas instituições financeiras que, com o vazamento de informações privilegiadas, teriam mudado suas posições cambiais e obtido lucros com tal medida no mês de janeiro.

De acordo com as denúncias que chegam à comissão e constam no roteiro do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), estariam, dentre essas instituições, os bancos BBM, Morgan, ING, BankBoston, Garantia, Pactual, Citibank, Beal e Matriz.

Os outros depoimentos relacionados no roteiro do relator da CPI são os do presidente do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola, e do diretor do Marka Nikko Asset Management, Francisco de Assis Moura de Mello. Estão agendados ainda sem data marcada os depoimentos dos sócios do Banco FonteCindam, Luiz Antonio Gonçalves, Eduardo Modiano, Fernando César Carvalho e Roberto Steinfeld.

Também constam no roteiro da CPI os depoimentos de Luiz Eduardo Fernandes, presidente da Associação dos Clientes Lesados do Marka Nikko Asset Management, e de Ney Castro Alves, vice-presidente do Conselho da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

Estande do Senado na bienal tem grande público

Com a presença de 40 mil pessoas, em média, diariamente, a Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, que se realiza nos pavilhões do Riocentro, voltou a bater recordes de público no último final de semana. O estande do Senado, com grande visitação, registrou excelentes vendas, nos mesmos níveis das principais feiras em que a Casa esteve presente no ano passado.

O estande do Senado, localizado no pavilhão 3 do Riocentro, oferece mais de 80 títulos e praticamente todos têm sido bastante procurados. Mas a campeã de vendas é uma obra que em geral não aparece nas listas de mais vendidas das editoras comerciais: a Constituição federal, que na versão em disquete registrou vendas de mais de 300 unidades apenas entre sábado e domingo, e na versão em livro ficou em torno dos 300 exemplares

comercializados.

As explicações para esse renovado interesse do público podem estar nos preços bem acessíveis (R\$ 2,00 o disquete e R\$ 5,00 o livro) e na atualização do material oferecido.

Outras obras com ótimas vendas no estande do Senado têm sido as relacionadas com o Mercosul, a coletânea de normas sobre licitações públicas e um lançamento recente, *Conselhos aos Governantes*, que reúne textos de autores como Platão, Maquiavel, Erasmo e Cervantes.

Na próxima sexta-feira, o senador Artur da Távola, que já esteve na semana passada na bienal, participando de um debate entre políticos escritores, deverá comparecer ao estande do Senado para autografar seu trabalho sobre os 90 anos de Aulá Alves.



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Atividades físicas
7h30 – Especial Unip – Câncer de mama
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Tênis
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Diamantina
9h30 – Entrevista – O senador Pedro Piva fala sobre a Lei Camata, que determina a utilização de no máximo 65% da renda dos estados para pagamento de pessoal
9h55 – Senado em Pauta
10h – CPI do Judiciário (ao vivo), com o depoimento do dr. Vicente Vanderley
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – CPI do Sistema Financeiro (ao vivo), com o depoimento do sr. Cláudio Mauch
22h – Jornal do Senado
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes

de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – CPI do Judiciário (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

ACM e FHC avaliam evolução de CPIs e agenda positiva

Senador diz que presidente deseja que comissões apurem tudo. Só não quer a circulação de informações inverídicas, que prejudicam o país

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que no encontro que teve com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na noite de domingo, houve uma "troca de impressões em torno do momento político, incluindo a evolução das CPIs e da agenda positiva do Congresso Nacional".

De acordo com o senador, o presidente "não fez qualquer apelo em relação ao trabalho das comissões de inquérito". Antonio Carlos destacou que a preocupação de Fernando Henrique é com a possibilidade de os trabalhos das CPIs monopolizarem a mídia, em prejuízo de outras atividades parlamentares importantes, como as propostas de reforma política e tributária.

Outra preocupação do presidente da República, acrescentou o senador, é com a circulação de informações inverídicas. "As que forem verdadeiras não têm importância, pois o presidente quer que



Antonio Carlos informou que as denúncias recebidas pela CPI do Judiciário já passam de 1.500

se apure tudo, mas as que não forem, preocupam", ponderou Antonio Carlos, considerando as repercussões que elas poderiam ter no exterior.

As especulações em torno da convocação do ministro da Fazenda pela CPI dos Bancos, observou o senador, seriam um exemplo desse tipo de preocupação. "Malan não está envolvido em coisa alguma", destacou o presidente do Senado, acrescentando que essas espe-

culações fazem "mal ao Brasil".

Com relação à CPI do Judiciário, Antonio Carlos reafirmou sua expectativa de que os trabalhos evoluam bem, apurando-se as denúncias que motivaram sua criação. As denúncias recebidas pela comissão "já passam de 1.500 e, como não será possível apurar todas, elas serão colocadas em um documento para que todos conheçam essas acusações de irregularidades", explicou.

Sessão solene amanhã lembra Luís Eduardo

Para lembrar o transcurso de um ano de falecimento do deputado Luís Eduardo Magalhães, o Congresso Nacional realiza amanhã, às 10h30, sessão solene conjunta no plenário da Câmara dos Deputados.

A iniciativa da sessão foi do senador Jefferson Péres (PDT-AM),

autor de requerimento solicitando que Câmara e Senado, juntos, prestassem a homenagem ao parlamentar baiano.

No mesmo dia, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, dirige solenidade de inauguração do Edifício Luís Eduardo Magalhães, que marcará a

homenagem da Casa à memória do deputado falecido.

O deputado Luís Eduardo Magalhães, presidente da Câmara no biênio 1995-96, faleceu vítima de problemas cardíacos em Brasília, no dia 21 de abril de 1998. Ele sentiu-se mal enquanto realizava uma caminhada pelo Parque da Cidade.

Viana aponta falta de amparo a idosos

Ao reportar-se à comemoração do Ano Internacional do Idoso, decretado pela ONU, o senador Tião Viana (PT-AC) disse ontem que o Brasil não está seguindo à risca as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a começar pela atual campanha de vacinação. Segundo o senador, a OMS recomenda a vacinação de pessoas com mais de 60 anos e a campanha do governo atinge apenas os idosos acima de 65 anos.

– O Brasil tem hoje 12,5 milhões de idosos, mas só 70% serão imunizados contra a gripe. A vacina contra pneumonia será aplicada apenas na população idosa de asilos ou que se encontra hospitalizada. Não temos os dados oficiais de quantas doses de vacinas contra difteria, tétano e febre amarela serão aplicadas. Como também não dispomos de dados sobre o número de vacinas aplicadas na região Norte – criticou o senador.

Tião Viana disse que houve um crescimento do número de idosos no Brasil, para o qual o país não se preparou, embora o fato fosse previsto



Tião Viana afirma que o Brasil não se preparou para o envelhecimento da população

pessoas com mais de 60 anos, a mesma proporção da Europa.

Embora sejam poucos os estudos sobre o envelhecimento no Brasil, afirmou o senador, trabalho recente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) informa que a renda dos idosos pode representar até 45% do orçamento familiar e que cerca de 62% dos homens que trabalham, e têm entre 65 e 90 anos, cumprem jornada de 40 horas.

Tião Viana se disse chocado com disparidade entre a propaganda do governo e a realidade. "Agora mesmo, é impressionante a ousadia do Executivo ao anunciar que a crise econômica já passou, se até o Fundo Monetário Internacional reconhece que teremos 10% a mais da população no estado de miséria", exemplificou.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) observou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, "aposentado com poucos anos de serviço", afirmou, referindo-se aos idosos, que "trabalhar é muito bom para a saúde".

Heloísa Helena anuncia Tribunal da Dívida Externa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou o início ontem, no Rio de Janeiro, do Tribunal da Dívida Externa, que deve apresentar uma sentença sobre a situação da dívida e da dependência externa do Brasil. O evento, que conta com a participação de entidades sindicais, religiosas e comunitárias, intelectuais, políticos, juristas e artistas, faz parte da campanha "Jubileu 2000" e tem o apoio do papa João Paulo II, informou.

— O jubileu, de acordo com a *Bíblia*, é a ocasião para o perdão das dívidas, quando se busca restabelecer a justiça entre credores e devedores, assim como a paz e a harmonia entre os povos possibilitando eliminar a servidão estabelecida pelas dívidas — disse Heloísa Helena.

A senadora lembrou que o endividamento externo do Brasil começou nos anos 70, quando o governo estimulou a captação de recursos estrangeiros para financiar o II Programa Nacional de Desenvolvimento e que, em 1964, a dívida externa brasileira era de US\$ 3 bilhões. A senadora disse que em 1994, primeiro ano do governo Fernando Henrique, a dívida era de US\$ 146 bilhões e no final de 1998 aumentou para US\$ 235 bilhões, ou o equivalente a quatro anos de exportação; dois anos de arrecadação de impostos federais; e seis vezes as reservas em moeda estrangeira.

Heloísa Helena questionou a lógica deste endividamento, uma vez que o Brasil já pagou US\$ 216 bilhões, mas conti-

nua devendo US\$ 212 bilhões, e tem uma dívida interna de US\$ 400 bilhões feita a partir da aplicação de altas taxas de juros para remunerar capital especulativo. A senadora disse que os lobistas não precisam mais fazer pressão sobre as instâncias de decisão e de poder porque já estão instaladas nessas instâncias, e citou ex-funcionários de alto escalão que hoje estão defendendo interesses de bancos credores do Brasil, como Francisco Gros, Marcílio Marques Moreira e Elena Landau.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse, em aparte, que Heloísa Helena trazia números e datas verdadeiros, mas estragava o discurso com adjetivação e usando "verdades para trazer coisas imaginárias". Lobão lembrou que no final do governo João Goulart a inflação era de 100% ao mês, a dívida externa era de US\$ 9 bilhões e ninguém queria emprestar ao Brasil.

O senador Lauro Campos (PT-DF) lembrou ter participado de vários tribunais que julgaram a dívida externa brasileira e concordou com Heloísa ao afirmar que a dívida é impagável.

Heloísa Helena disse que as propostas do Tribunal da Dívida Externa são a suspensão imediata do pagamento, a realização de auditoria na dívida, o não pagamento de juros acima dos 12% determinado pela Constituição, defesa da autonomia em relação ao Banco Mundial e ao FMI, e a criação de um fundo de ajuda aos países subdesenvolvidos.



Heloísa lembrou que o ano 2000 é ocasião para perdão de dívidas

Nabor alerta para postos de fronteira fechados

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) dirigiu ontem um apelo ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, contra o fechamento por falta de recursos para manutenção de quatro postos de fiscalização na região de fronteira com os três países produtores de drogas da América do Sul — Colômbia, Bolívia e Peru.

Os postos extintos estavam estabelecidos em Lábrea, Tefé, Eirunepé e Borba e, conforme a Polícia Federal, eram essenciais na estratégia de combate ao tráfico, acrescentou o senador. Apenas os postos de Tabatinga e Benjamin Constant foram preservados, de modo que 9.058 quilômetros de fronteiras da região ficarão desguarnecidos:

— Estou certo de que o ministro da Justiça, a quem estão subordinadas as for-



Senador Nabor Júnior pede reabertura dos postos da Polícia Federal

ças federais, impedirá o escancaramento das fronteiras do Brasil aos cartéis andinos, maiores produtores de cocaína do mundo — insistiu.

Para Nabor Júnior, o combate ao tráfico de drogas no país exige o saneamento das grandes cidades, a extirpação dos focos de poder paralelo e criminoso instalado nas periferias urbanas, a erradicação dos milhares de pés de maconha plantados no Nordeste e a explosão das pistas clandestinas onde operam as esquadrilhas do tráfico. Para que essa guerra seja bem-sucedida, na opinião do senador, é preciso garantir a fiscalização das fronteiras da Amazônia. O fechamento dos postos da Polícia Federal representa, na prática, a abertura das fronteiras ao tráfico, reiterou o senador.

clandestinas onde operam as esquadrilhas do tráfico. Para que essa guerra seja bem-sucedida, na opinião do senador, é preciso garantir a fiscalização das fronteiras da Amazônia. O fechamento dos postos da Polícia Federal representa, na prática, a abertura das fronteiras ao tráfico, reiterou o senador.

Ronaldo pede solução diplomática na Iugoslávia

Senador adverte que ataque da Otan ao país já se prolonga demais e adverte para possibilidade de "um massacre substituir outro"

A saída para a "guerra cirúrgica" promovida pela Organização dos Países do Atlântico Norte (Otan) "há de ser diplomática, do contrário um massacre substituirá outro massacre", afirmou ontem o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

Segundo o senador, prevista para ser rápida e apenas aérea — daí o qualificativo "cirúrgica" —, a intervenção da Otan na Iugoslávia, realizada em nome da defesa dos direitos humanos e em favor da minoria albanesa, "já se prolonga demais".

Ronaldo Cunha Lima destacou matéria publicada pela revista *Veja*, "completa, erudita e bem escrita", em que são salientadas as diferenças da guerra na Iugoslávia — "pós-moderna" — em relação aos outros

conflitos que marcaram o século 20, com a morte de 60 milhões de pessoas: os ataques seriam através de bombas mais poderosas e sofisticadas que as utilizadas em Hiroshima e Nagasaki, "nada de tanques, tropas a pé", nem de soldados americanos mortos.

Outra diferença no conflito atual diz respeito à "doutrina da intervenção humanitária" que o embaixador da Otan, observou Ronaldo Cunha Lima. Os ataques ao Iraque de Sadham Hussein, exemplificou, tiveram por objetivo evitar que ele estendesse seu poder à Arábia Saudita e, por consequência, à "metade das reservas mundiais do combustível da civilização".



Ronaldo lamentou prolongamento da "intervenção cirúrgica" promovida pela Otan

Estevão apresenta projetos para livrar servidor público de agiota

Ao registrar que no próximo sábado, dia 1º de maio, o mundo comemora o Dia do Trabalho, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) anunciou ontem que está apresentando dois projetos visando contribuir para que os servidores públicos possam quitar seus débitos com cheque especial e agiotas. O primeiro projeto permite que os bancos estaduais possam conceder empréstimos em consignação, mediante desconto em folha, aos servidores públicos. O outro estabelece a criação pelo governo federal, através do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, de uma linha de crédito exclusiva para os servidores da União, com juros pelo menos 50% menores que os do cheque especial.

Luiz Estevão explicou que, tendo direito a descontar em folha os empréstimos concedidos ao funcionalismo público, os bancos estaduais, entre eles o Banco Regional de Brasília (BRB), poderiam reduzir os juros, já que o risco de não pagamento é reduzido. Sobre a linha de crédito especial para servidores da União, ele comentou que como dificilmente o governo fede-

ral concederá aumento aos seus funcionários, que pelo menos proporcione que eles se livrem dos juros "escorchantes" que vêm sendo pagos aos agiotas ou no cheque especial.

Antes de anunciar os dois projetos de sua autoria, Luiz Estevão defendeu a definição, pelo governo federal, de um índice de reajuste do salário mínimo que resgate o poder de compra do trabalhador. Ele informou que o senador Jader Barbalho (PA), presidente do PMDB, foi um dos primeiros a se insurgir contra a posição inicial do governo, que era a de não conceder nenhum aumento. O senador pelo Distrito Federal acrescentou que hoje a necessidade da concessão do reajuste já é consenso.

— Uma outra discussão importante é sobre o salário do servidor público em nosso país. É impressionante como a cada plano econômico ou programa de ajuste nas contas públicas brasileiras, uma das primeiras fontes de economia, entre aspas, é a retirada de algum direito do servidor, ou o congelamento dos seus salários, ou os famigerados planos de demissão — comentou Luiz Estevão.

Na opinião do senador pelo Distri-

to Federal, apesar de o servidor público vir há muito tempo sendo responsabilizado pelo desequilíbrio das contas da União, ele não deveria carregar esta culpa. Ele lembrou que em 98 o total de salários dos servidores públicos federais civis que estão na ativa foi menor que 5% do Orçamento Geral da União, representando menos que 2,5% do Produto Interno Bruto, fato que se repetirá este ano.

O senador observou que, diante do arrocho que vêm sofrendo em seus salários, os servidores têm contraído dívidas com a utilização de cheque especial ou, em casos mais extremos, de empréstimos a agiotas. Luiz Estevão calculou que a maioria dos servidores públicos que moram em Brasília, tanto estaduais quanto federais, tem mensalmente entre 10% a 30% de seus vencimentos consumidos pelo pagamento de juros do cheque especial. Com os dois projetos, ele acredita que o problema dos servidores poderá ser atenuado.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) parabenizou a Luiz Estevão pela iniciativa, mas, por outro lado, criticou a União e alguns governos estaduais por terem contribuído para aumentar o índice de desemprego no país, ao implantar programas de demissão ou privatizar empresas.